

**A TEORIA HISTÓRICO SOCIAL DA FORMAÇÃO O INDIVÍDUO: UM ESTUDO
SOBRE AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A POPULAÇÃO AFRO-
BRASILEIRA**

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-497>

Data de submissão: 01/12/2024

Data de publicação: 31/12/2024

Luis Félix de Barros Vieira Rocha

Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9309-3175>
E-mail: luis.felix@ufma.br

Antonio de Assis Cruz Nunes

Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5939-7706>
E-mail: antonio.assis@ufma.br

Marise Marçalina de Castro Silva Rosa

Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6662-820X>
E-mail: marise.marcalina@ufma.br

Kátia Cilene Amorim Gomes

Mestra em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2341-2097>
kamorimgomes@gmail.com

Rosangela Coêlho Costa

Mestra em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9670-6571>
E-mail: rsngl.coelho@gmail.com

Sônia Luzia Nogueira da Fonseca

Mestra em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6692-591X>
E-mail: sonialuznogueira@gmail.com

Raimundo Nonato Silva Junior

Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6285-0817>
E-mail: rns.junior@ufma.br

Ana Valéria Lucena Lima Assunção
Mestra em Cartografia Social
Universidade Estadual do Maranhão
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9838-0192>
E-mail: ana_valerialima@hotmail.com

RESUMO

O Artigo trata da importância da Imprensa Alternativa Negra (IAN) como fomentadora de ações afirmativas para a população negra brasileira. Para descrever essa importância, articulamos a Teoria Histórico Social da Formação do Indivíduo proposta pelo grupo de estudo do Prof. Dr. Newton Duarte. Percebemos e consideramos que sua Teoria permite enxergarmos com mais nitidez os caminhos e (des)caminhos que os seres humanos seguem no processo de formação de sua individualidade: em-si ou para-si. Assim o Estudo, nos permitiu concluir que as lutas político-ideológicas da IAN enquanto ações afirmativas eram portadoras de individualidade para-si.

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Afro-brasileiros, Imprensa Alternativa Negra, Formação do indivíduo.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos do Século XX e início do Século XXI, parte da população brasileira tem debatido e reivindicado direitos sociais para determinados seguimentos considerados marginalizados na convivência social, tais como: os idosos, as mulheres, os homossexuais, os deficientes físicos, os negros e outros. Neste sentido, Silva (2003) afirma que dentre os grupos humanos descritos o que mais tem sido motivo de polêmicas e discórdias é o grupo da população negra no tocante às garantias de direitos pelas políticas de ação afirmativa.

A historiografia brasileira, principalmente a historiografia crítico-dialética, descreve que a população negra africana ao ser arrancada de seus países pelos colonizadores europeus, encontrou várias vicissitudes, tanto de ordem física, tanto de ordem cultural. De ordem física, houve a negação de sua constituição biológica, principalmente no que se refere à cor de sua pele escura. Pois, para os colonizadores europeus, essa característica diferente da tez das suas (branca), era vista como um sinal negativo para a convivência social. De ordem cultural, os mesmos colonizadores procuravam expurgar as várias manifestações linguísticas, religiosas, sociais e políticas da população negra africana, consideradas atrasadas em comparação com as suas, consideradas civilizadas e adiantadas.

Diante desse pequeno esquema histórico da gênese da discriminação negativa à população negra do mundo africano, consideramos que o Brasil reproduziu essa prática que se estende até em nossos dias, porém com aspectos mais sofisticados por conta de várias legislações internacionais e nacionais de combate ao racismo. Acreditamos que se não existissem essas legislações, estariam mais aguçadas as mesmas práticas nefastas dos períodos que antecederam as ditas proclamações da escravatura dos negros em várias partes do globo terrestre, incluindo a tão enaltecida Lei áurea de 13/05/1888.

A prática do racismo no Brasil para a população negra brasileira tem sido combatida desde praticamente o movimento abolicionista no Brasil. Todavia, começou a tomar mais configuração com a Abolição dos escravos em 1888 e com Proclamação da República em 1889. Após esses dois fatos históricos importantes, viu-se que a população negra não se tornou beneficiária enquanto cidadã dessas proclamações. Assistiu-se um aviltamento de marginalização sociorracial interno. Diante desse estado caótico, surgem uma Imprensa Negra que vem denunciar as más condições dos negros resultantes da discriminação racial. Essa Imprensa foi denominada de Imprensa Alternativa Negra ou IAN. Consideramos que a circulação da Imprensa Alternativa Negra se constitui como uma forma de ação afirmativa na medida em que buscam criar mecanismos reivindicativos para inserir os negros como cidadãos brasileiros no sentido pleno da palavra, ou seja, serem merecedores de direitos e deveres.

Segundo Santos (2005), em cada período cronológico histórico a IAN teve determinados escopos. Na primeira fase (final do século XIX à década de 1920), tinha o objetivo de conclamar a população negra a adquirir bons hábitos e boas maneiras à luz de comportamentos dos brancos. Entretanto, essa perspectiva não significou que o negro teria que anular a sua identidade, mas se apropriar de determinadas objetivações brancas para reconstruir a sua objetivação. Sobre isso Santos (2005, p.37), assinala:

O fato de os valores e visões de mundo divulgados nesse tipo de imprensa serem, em grande parte, os mesmos das elites brancas e das classes dominantes não determinou a ausência de um projeto específicos das 'classes de cor'; indica sobretudo, que um tipo de diálogo esteve em curso. E qualificá-lo de "embranquecido" ou mesmo de ter reproduzido 'valores importados' revela pressupostos evidentemente parciais.

À luz dos diferentes períodos históricos das ações em prol da população negra que a Imprensa Alternativa Negra desenvolveu, nosso artigo buscou descrever sua importância no contexto sócio-histórico de iniciativas de ações afirmativas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo consiste numa pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de livros e periódicos sobre a temática. Neste sentido, o objetivo da pesquisa foi articular as ações da Imprensa Alternativa Negra com a Teoria Histórico-Social da Formação do Indivíduo proposta por Newton Duarte, estudioso e pesquisador da Teoria Histórico Cultural. Para tanto, utilizamos as principais categorias conceituais que foram: objetivação, apropriação, homogeneização, catarse, individualidade em-si, individualidade para-si, espécie humana e gênero humano.

Segundo Duarte (2001), sua teoria consiste em dar continuidade aos embasamentos teóricos e metodológicos na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica instaurada no início dos anos 80. Essa perspectiva pedagógica "se fundamenta, necessariamente, em uma teoria crítica sobre a educação". (Duarte, 2001, p.16). Na linha dessa assertiva, Saviani (2008), concebe a teoria crítica como uma tomada de conscientização das relações capitalistas de dominação.

Procuramos mostrar que Teoria Histórico-Social da Formação do Indivíduo pode ser situada nas questões étnico-raciais, uma vez que pode sinalizar para caminhos do vir-a-ser na formação do indivíduo.

3 AÇÕES AFIRMATIVAS E TEORIA HISTÓRICO SOCIAL: UMA RELAÇÃO DE UNIDADE PARA A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO

Segundo Guimarães (1999), as políticas de ação afirmativa de modo geral têm estado nas

agendas de muitos países, principalmente para aqueles em via de desenvolvimento econômico, como o Brasil. Entretanto, algumas dessas ações conhecidas como afirmativas ou positivas foi alvo de polêmicas e até mesmo de discórdias. Neste contexto, as ações afirmativas para a população negra gerou muitos conflitos ideológicos na sua criação.

As ações afirmativas para outros grupos sociais como: a criança e o adolescente; a mulher; o índio; o deficiente físicos, etc., geralmente não tiveram resistência por parte da maioria da população nacional e/ou internacional. Neste sentido, Silva (2003, p.26-27) assinala:

No Brasil, as AA têm contemplado vários setores sociais, principalmente mulheres e pessoas portadoras de deficiências físicas. Essas, entretanto, não provocaram o alarde generalizado causado pelas 'cotas para negros'. Chega-se a reconhecer que o racismo e a discriminação racial inviabilizam a existência plena das pessoas negras, mas combatem-se as soluções. Critica-se a solução das cotas, mas não se apresenta qualquer alternativa a elas.

Reconhecemos que esses grupos sociais geralmente sofrem muitos preconceitos e discriminações em suas relações sociais. Neste sentido, a sociedade civil e a sociedade política têm aprovado medidas que mitiguem práticas discriminatórias negativas para essas pessoas. Essas ações têm se materializado em ações afirmativas, como: cotas, leis, diretrizes, etc.

No Brasil, no tocante às cotas como instrumentos de ação afirmativa, temos a Lei 8.112/90 que estabelece cotas para deficientes físicos; a Lei 9.507/97 que estabelece cotas às mulheres em candidaturas eleitorais; e outras. Segundo Silva (2003, p.27), “quanto às mulheres, a Lei Eleitoral n. 9507/97 dispõe sobre sua participação como candidata e estabelece mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo”. Porém, as cotas para esses grupos de pessoas não provocaram alarde generalizado quando se estabeleceram cotas para negros. Nessa situação, o sentimento de não-reconhecimento da existência de racismo é aflorado na mentalidade das pessoas. Mas o que tem a ver a questão racial com a teoria histórico social da formação do indivíduo? Respondemos que há muita aproximação. A referida teoria trata da necessidade que o indivíduo tem de se desenvolver numa perspectiva de não-amarras no pensamento e na ação. Nesse contexto, o primado do movimento histórico-social é realçado como mecanismo imprescindível nas relações sociais.

Iniciamos nosso texto trabalhando as categorias espécie humana e gênero humano. Segundo Duarte (1993), a espécie humana é uma categoria biológica, na medida em que os caracteres humanos são herdados por meio de heranças genéticas, da mesma forma como em qualquer espécie animal. Esse desenvolvimento da espécie é chamado de hominização, que é o processo de seleção e adaptação do indivíduo ao meio físico-social que se desenvolveu até a viragem do homo sapiens. Ainda segundo Duarte (1993), a hominização é um estágio evolutivo de desenvolvimento do indivíduo, no qual a base biológica determina a vida humana nas relações sociais. Nessa perspectiva, o indivíduo reproduz suas

ações com base nos códigos genéticos herdados pela sua espécie. Mello (2004), diz que no desenvolvimento dos animais, eles são determinados a repetirem as mesmas ações de suas espécies ancestrais. Fica então marcada a presença biológica. Entretanto, o homem mesmo tendo essa base biológica “precisa aprender as habilidades que poderá desenvolver” (Mello, 2004, p.137).

Com o desenvolvimento do estágio evolutivo do indivíduo, começa-se a ter alterações no binômio homem-natureza. Antes, a base biológica era quem determinava profundamente a relação indivíduo-natureza, mas com o decorrer do tempo e com a evolução, os indivíduos passam a ser condicionados pelas relações humanas mediadas pela história. Não que a base biológica seja descartada, mas ela passa a ser uma das condições para que o indivíduo se desenvolva na mediação das condições de seu tempo e de seu espaço na perspectiva de uma intencionalidade consciente.

Sobre esse aspecto, Duarte (1993, p. 101-102) diz:

...através da evolução biológica, as espécies humanas foram se desenvolvendo, passando pelo processo de seleção natural, até que, num certo momento, passou a existir a base biológica necessária para que a vida coletiva humana atingisse formas de organização que passassem a se constituir na mediação fundamental entre o homem e a natureza, deixando assim para trás o estágio no qual a sobrevivência da espécie dependia da relação adaptativa com o meio ambiente.

Nesse contexto, o indivíduo assume uma natureza de gênero humano. Duarte (1993,p.103) assinala que

o gênero humano tem uma existência objetiva, justamente nas objetivações produzidas pela atividade social. A objetividade do gênero humano é diferente da objetividade da espécie humana e a diferença reside justamente no fato de que o gênero humano possui uma objetividade social e histórica.

Correlacionando as categorias espécie humana e gênero humano com as ações afirmativas para negros, consideramos que as divergências existentes nos posicionamentos favoráveis e contrários a essas políticas, perpassam por essas categorias. De que forma? Na categoria espécie humana, há o entendimento que os indivíduos agem conforme o desenvolvimento das estruturas biológico-genéticas. Neste sentido, essas estruturas conferem um caráter determinista na ontologia do ser do indivíduo. Segundo Duarte (1993, p. 103), a espécie humana é uma categoria biológica, “pois a herança genética transmite as características da espécie, na medida em que essas características encontram-se materializadas no organismo humano, da mesma forma como qualquer espécie animal”.

Nessa direção, Mello (2004, p.137) diz que as espécies animais

repetem sempre suas gerações anteriores: aquilo que um animal aprende em sua experiência individual não é transmitido para as gerações futuras, ou seja, os animais não acumulam conhecimento de uma geração para outra, não fazem história.

A partir da característica de repetição de uma mesma ação determinada biologicamente às espécies animais e humanas, fazemos uma analogia com a questão das políticas de ação afirmativa.

Historicamente, a humanidade tem reservado privilégios e maior participação nas relações humanas para indivíduos classificados como brancos. Dessa forma, ao longo de muitos anos várias sustentações, de ordem teológica ou científica sustentavam a superioridade dos indivíduos brancos em relação às demais espécies humanas. Segundo Schwarcz, (1993, p. 61):

Recortando na história mundial exemplos que reforçavam seus argumentos, esses teóricos acreditavam que o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado, quase imediato, de sua conformação racial pura. A evolução européia [sic], e em especial o tipo ariano, representaria para pensadores como Gobineau um caso extremo em que o apuro racial teria a evolução de ser entendida como obrigatória.

Temos aí um pensamento que se situa no contexto explicativo sobre a espécie humana (bases biológicas), ou seja, existe uma espécie humana que **naturalmente** seria mais adaptável e superior às demais. Isso já estaria determinado. As demais espécies teriam apenas que se conformarem com suas imperfeições. Neste contexto, a raça negra seria uma das espécies humanas concebida como não adaptável ao contexto dito civilizado por ser atrasada biologicamente e culturalmente.

As teorias raciais dos séculos XIX e metade do XX desenvolveram várias sustentações pseudo-científicas de que haveriam raças superiores e inferiores. Neste sentido, Schwarcz (1993) assinala o pensamento de Gobineau que sustentava a superioridade da raça ariana, os brancos puros, em relação à raças miscigenadas. Foi um pensamento originado no segunda metade do século XIX, porém tomou mais força no século XX com o pensamento nazista Adolf Hitler. Eis:

Recortando na história mundial exemplos que reforçavam seus argumentos, esses teóricos acreditavam que o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado, quase imediato, de sua conformação racial pura. A evolução européia, e em especial o tipo ariano, representaria para pensadores como Gobineau um caso extremo em que o apuro racial teria a evolução de ser entendida como obrigatória. (SCHWARCZ, 1993, p.61).

No contexto das teorias raciais ou racistas, a Biologia é tida como a ciência modelo e exata para explicar as diferenciações raciais entre as pessoas. As teorias foram construídas com base de duas vertentes: o monogenismo e o poligenismo (Schwarcz,1993).

A concepção monogenista defende a tese de que o homem se originou de uma única fonte comum da espécie humana. E que as diferenças humanas seriam em decorrência de desvios dos aspectos morais e religiosos da humanidade. Esta interpretação racial é oriunda do cristianismo católico, pois se baseia no livro do Gênesis em relação a Adão e Eva e o jardim do Éden. Após Adão e Eva pecarem, Deus castigaria a humanidade, originando assim a diferenciação das espécies. Como?

Os descendentes de Adão e Eva que cumpriam a palavra de Deus seriam uma espécie aperfeiçoada em relação àqueles descendentes que não quiseram seguir a lei de Deus.

A partir de meados do século XIX, tem-se outra concepção a respeito da diferenciação da espécie humana. É a visão poligenista que defende a tese de que o homem foi criado a partir de fontes diversas. Esta concepção negava a concepção religiosa através da teoria criacionista. Sua base de sustentação teórica se dá a partir da Biologia. Considerava portanto, o comportamento humano como produto de leis biológicas e naturais. (SCHWARCZ,1993).

Apesar das teorias raciais insistirem em hierarquizar as raças em superiores e inferiores, gerando aí um pensamento baseado numa espécie humana, houve pensamentos contrários a esse entendimento. Neste contexto, muitos negros escravizados e libertos lutaram para superar essa prática aviltante do indivíduo dominar outro indivíduo por ser considerado inferior biologicamente.

A historiografia aponta desde Zumbi dos Palmares que lutou por liberdade de seu povo, até os dias atuais, como os movimentos negros que ainda reivindicam melhores e maiores condições de cidadania brasileira, bem como que a população negra nunca aceitou as justificativas dadas pelas teorias raciais de serem inferiores por razões biológicas.

No contexto biológico da categoria espécie humana, o desenvolvimento humano fica restrita à adaptação do indivíduo à natureza, ao passo que na perspectiva do gênero humano, o indivíduo se apropria da natureza, incorporando na sua vida as atividades sociais e humanas (Duarte,1993).

Nessa relação espécie humana e gênero humano, Duarte (1993, p.103) assinala: “a existência humana deixa de depender da mera capacidade adaptativa do organismo em relação ao meio. A organização social passa a ser o elemento decisivo na manutenção dessa existência”. Por conseguinte, passa-se a ter a substituição do pólo exclusivamente biológico para o pólo da história no que tange às fundamentações do desenvolvimento dos homens. Não uma história determinista e anacrônica, mas uma história que estuda as práticas sociais dos seres humanos situados no tempo e no espaço. Uma história situada socialmente (Barros,2009)..

Do exposto, a luta dos negros no Brasil contra a subjugação e dominação que tem tido ao longo de vários séculos, permitiram várias iniciativas de ações afirmativas. Estas nasceram ou surgiram a partir da necessidade de superações e transformações das desigualdades sociorraciais internas no país. Consideramos que há uma relação indivíduo e sociedade no seio reivindicatório e do estabelecimento das ações afirmativas para os negros, uma vez que “ a relação entre o indivíduo e o gênero humano sempre se realiza no interior das relações sociais concretas e históricas nas quais cada homem se insere” (Duarte, 1993, p.111).

Segundo Duarte (2001), as categorias objetivação e apropriação fazem parte da formação

genérica humana, pois desde que o homem começou a se relacionar com a natureza, houve a necessidade dele produzir formas e/ou elementos para a sua sobrevivência. Neste sentido, objetivação tem o significado de produção material e imaterial de sobrevivência nas relações sociais. E apropriação tem o significado de tomar posse de algo, aprender, receber, apoderar-se. A relação objetivação e apropriação é constante na vida humana. Pois, as objetivações são tudo aquilo que faz parte do contexto vivencial e social que estamos inseridos, como: religião, política, ciência, artes, produtos industrializados, estética, modos de vida, gastronomia, família, cultura, etc. Do exposto, Duarte (2001, p.23) diz o seguinte:

Cada indivíduo nasce situado espacial e temporalmente nesse processo e, para dele participar, isto é, para se objetivar no interior dele, precisa se apropriar das objetivações (neste caso entendidas como os produtos da atividade objetivadora humana, resultados do processo histórico de objetivação.

À luz das categorias objetivação e apropriação, as políticas de ação afirmativas (objetivações) aos negros iniciaram praticamente desde o período conhecido como abolicionismo ou movimento abolicionista. Todavia, cabe esclarecer que dentre os movimentos abolicionistas em favor dos negros, o movimento liderado por intelectuais e estudantes da última metade do século XIX (a partir de 1870) é o que possui espírito das ações afirmativas.

É verdade que o Brasil, após a independência de Portugal, aprovou legislações de mitigação da escravidão, mas muitas leis foram sancionadas em virtude de pressões internacionais, principalmente da Inglaterra. Este país que naquele momento histórico social assumia o controle hegemônico na economia do mundo ocidental, exigia que os países escravocratas acabassem com o trabalho escravo e passassem a utilizar o trabalho assalariado. Fernandes (2006) diz que essa postura é chamada de emancipacionista, visto que os fazendeiros defendiam a libertação dos escravos com cláusulas de indenização, enquanto a abolição não previa essas cláusulas. Dessa forma, reside nessa última situação uma perspectiva de reconhecimento que os ex-escravizados passariam a adquirir cidadania brasileira. Tem-se então um reconhecimento de uma ação afirmativa.

Diante desse quadro histórico assinalado, o movimento abolicionista engendrou várias ações em prol da abolição dos negros. Essas ações que se constituíram em objetivações (produto ou resultado das atividades humanas) foram apropriadas (recebidas), principalmente das experiências norte-americanas de libertação dos escravizados.

Com o decorrer do tempo, a luta pelas melhores condições da população negra brasileira, tomou mais força após a proclamação da Lei Áurea de 1888 e principalmente com a instauração da República em 1889. Pois, verificou-se um aviltamento das condições socioeconômicas dos ex-

escravizados negros. Estes e os não-brancos (mulatos) são vistos como inaptos para a nova fase de relações assalariadas que o país começou a passar. Foram acusados de não conterem o germe da civilização. Com a proclamação da República, as elites brancas justificavam que o negro por ter sido tanto tempo escravizado, não tinha adquirido *modus operandis* de trabalhos considerados civilizados, e por tanto era inábil (Domingues, 2007). Em face disso, ele é tido como inferior em comparação com o branco. Moura (1988, p.64) descreve os argumentos contrários dados à inferiorização dos negros da época. Vejamos:

...ao se verificar a alocação dessas etnias não-brancas no espaço social, chega-se à conclusão de que a sua inferiorização é decorrência das próprias deficiências ou divergências desses grupos e/ou segmentos étnicos com o processo civilizatório”. Porque, se os direitos e os deveres são idênticos, as oportunidades deverão ser idênticas. Como tal não acontece, a culpa pelo atraso social desses grupos é deles próprios.

Diante das informações descritas, evidenciamos que a não inserção da população negra, recém saída da escravidão, por parte das elites brancas brasileiras se deveu exclusivamente ao racismo. Então, a consequência imediata foi o agravamento da exclusão e da marginalização social do povo negro na estrutura social brasileira. Em face disso, várias organizações sociais surgem para denunciar esse estado caótico de relações discriminatórias, como: Associações dos Homens de Cor, As irmandades, os clubes de homens de cor (Gomes, 2005).

Como uma das mobilizações sociais dos negros, é criada a Imprensa Alternativa Negra (IAN) no final do século XIX e que vai existir até a década de 1960 do século XX, destacando-se em várias cidades brasileiras, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba, Pelotas, Campinas, Uberlândia, Bagé e outras. (Santos, 2005). Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram os locais que mais tiveram visibilidade em nível de produção nacional.

A Imprensa alternativa negra se constituiu como uma iniciativa de ação afirmativa, uma vez que procurava desenvolver ações de integração dos negros à vida nacional em forma de cidadania. Dessa forma, muitos desses jornais eram objetivações (produto) de apropriações de jornais europeus e norte-americanos acerca das condições do movimento operário e das condições desprivilegiadas dos negros desses países. Diante disso, a IAN objetivava (produzia) noticiários que iam desde mexericos até formas de bom comportamento objetivadas pelos brancos

Conforme Gomes (2005, p.35):

Desse modo, as notícias transgrediam as fronteiras dos ambientes das sociedades e ganhavam ares políticos, explicitavam novas tendências cosmopolitas – principalmente no vestuário – e, sobretudo, costumavam aspirações da “classe de cor” a interesses pessoais dos mais diversos.

Com o decorrer dos anos, esses jornais assumem mais uma postura mais política nos seus

noticiários. Há uma mudança de atitude acerca dos não posicionamentos político-ideológicos sobre a realidade social brasileira. Dessa fase em diante, os jornais no período de redemocratização do país em 1945, começam a divulgar em suas páginas os novos rumos políticos que o país atravessava.

Em suas reportagens não deixavam de situar o negro nesse novo momento político social. Destacam-se nesse período os jornais Alvorada (São Paulo) fundado em 1945 e Quilombo (Rio de Janeiro) fundado também em 1945. Cumpre ainda destacar a criação em 1945 da Associação dos Negros Brasileiros (ANB) em São Paulo que refletia o panorama nacional brasileiro (Nunes, 2013).

O Jornal Alvorada divulgava matérias acerca das ações da ANB. O Jornal Quilombo que tinha Abdias do Nascimento em sua direção, inovou nesse tipo de imprensa ao inserir a mulher nesse meio, prática essa que os jornais paulistas ainda não tinham.

Segundo Santos (2005), o Jornal Quilombo tinha uma coluna chamada Fala Mulher, onde eram discutidas as questões cruciais que vivia a mulher negra, duplamente discriminada pelo seu gênero e pela sua etnia. Inclusive, os jornais considerados brancos ou da denominada grande imprensa nacional dessa época, nos seus classificados anunciavam ofertas de emprego para empregadas domésticas que fossem brancas (moura, 1988). Isso tudo numa época em que o mito da democracia racial estava com toda força nas mentalidades brasileiras. Como não ver racismo num anúncio daqueles jornais e ainda acreditar que no país não havia racismo e sim apenas uma simples predileção laborial? À luz desse contexto e de outros aviltantes, o Jornal Quilombo dava espaço às mulheres negras marginalizadas. Vejamos a descrição de Santos (2005, p. 9) sobre o espaço feminino no Quilombo:

... deu espaço especial à participação da mulher negra na busca da organização, via congressos nacionais, das empregadas domésticas e lavadeiras profissionais. A regulamentação do trabalho dessa classe de obreiras, em termos de melhores salários, direito à carteira assinada, horário da jornada e sindicalização foi preocupação constante de uma das principais articulistas do Jornal – Maria de Lourdes Vale Nascimento. Aqui temos mais uma questão praticamente intocada na história do trabalho brasileiro, a participação da mulher, principalmente, a negra.

Esses fatos acima mencionados nos permitiram enxergar que esses jornais ajudaram a população negra a ter uma apropriação de elementos que desenvolveram muito a passagem da individualidade em-si para a individualidade para-si.

A individualidade em-si é um estado de objetivação e de apropriação “da genericidade sob condições particulares” (Duarte, 1993, p.176). Isto é, a individualidade em-si compreende as ações desenvolvidas pelo indivíduo na esfera da vida social na qual está envolvido, sem manter uma relação consciente com uma objetivação. Esta esfera é denominada de vida cotidiana. (Duarte, 1993). A genericidade é a dimensão social ou coletiva que incide sobre as particularidades dos indivíduos. Como exemplo, da apropriação da linguagem, pois ela é uma objetivação genérica (produzida

socialmente) e é uma particularidade de cada indivíduo.

Porém, é preciso acrescentar que o âmbito da individualidade em-si não é totalmente negativo, pois “não podemos estar o tempo todo refletindo sobre nossas ações”.(Duarte, 2001, p.28). É negativo, quando o indivíduo aliena-se (torna-se alheio) sobre as práticas sociais de seu meio social.

A individualidade para-si

é o ser humano cuja individualidade está em permanente busca de se relacionar conscientemente com sua própria vida, com sua individualidade, mediado pela também constante busca de relação consciente com o gênero humano. (Duarte, 1993, p.184).

Segundo Duarte (2001,.28), a formação do indivíduo em ser genérico, dever ser uma formação para-si, ou seja é uma “individualidade em constante e consciente processo de construção”. Dessa forma, considera que a forma mais indicada de se “referir ao indivíduo para-si seria utilizando-se a expressão indivíduo em processo de ascensão da individualidade em-si à individualidade para-si”(Duarte, 1993, p.184). A razão disso é devido não considerar que exista uma demarcação rígida entre individualidade em-si e individualidade para-si. As duas incidem dialeticamente na formação do indivíduo

Consideramos que a crença racista de inferiorização da população afro-brasileira por questões biológicas gerou nas mentalidades das pessoas um fetiche . Frente a isso, a IAN buscou fazer a desfeticização de muitas representações simbólicas negativas que eram dadas na vida social brasileira.

À luz da teoria da histórico social da formação do indivíduo, acreditamos que a individualidade para-si tornou-se imperiosa nos jornais negros, na medida em que reescrevia novas representações simbólicas favoráveis à mitigação do preconceito e da discriminação racial.

Sintetizando nossa descrição sobre a importância da passagem da individualidade em-si para a individualidade para-si pela Imprensa Alternativa Negra, nos apoiamos em Duarte (2001, p.29) quando explica essa situação:

A formação do indivíduo para-si é a formação do indivíduo como alguém que faz de sua vida uma relação consciente com o gênero humano. Essa relação se concretiza através dos processos de objetivação e apropriação que, na formação do indivíduo para-si, tornam-se objeto de constante questionamento, de constante desfeticização.

De uma periodização em geral encontrada em nossas investigações, constatamos que a maioria dos autores pesquisados considera que o período final da Imprensa Negra foi na década de 1960. Moura (1988) delimitou o fim da IAN em 1963 com o Jornal Correio D’Ébano na cidade de São Paulo, e Domingues (2007) atesta o Jornal Alvorada da cidade de Pelotas (RS). Este teve maior longevidade

no país, ou seja durou de 1907 a 1965. Essa Informação chama a atenção, visto que nos estados como São Paulo e Rio de Janeiro que detinham maiores articulações políticas dos negros, seus jornais tiveram poucos anos de circulação. No início da Ditadura Militar, esses jornais desaparecem ou deixam de existir, pois com a instauração do cerceamento de liberdade de pensamento e de uma imprensa crítica, tornou-se insustentável o seu desenvolvimento.

Domingues (2007) descreve que no início da década de 1970 surgem alguns jornais de caráter mais tímido na veiculação da luta anti-racista dos negros. Eis o teor da descrição: “a imprensa negra, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais Árvores das Palavras (1974), O Quadro (1974), em São Paulo; Biluga (1974), em São Caetano/SP e Nagô (1975) em São Carlos/SP”. (Domingues, 2007, p.112).

Para Mota (2020, p.43), a Imprensa Alternativa Negra continua até os dias atuais, haja vista “que estamos em uma nova era, pela qual não se limita aos jornais impressos, rádios e até mesmo a televisão, nos encontramos na era da internet, onde possibilita alcances, praticamente, ilimitados”. Nesta direção, Pinto (2006) descreve que a importância da imprensa negra no cotidiano da população afro-brasileira é um grande propulsor para que as pessoas fiquem sabendo da existência de uma fala negra em meio a tantas formas de silenciá-la. Do exposto:

A imprensa negra a partir da década de 1990 até o presente momento conseguiu se expandir para formas além do impresso, meio que se mantinha forte desde os primeiros meios de comunicação voltados para o público negro (Mota, 2020, p.43).

A Imprensa Alternativa Negra no Brasil se constituiu como veículo de informações que preconizava conscientizar os negros como sujeitos que constroem e reconstróem a história brasileira. Neste sentido, desenvolviam ideologias que buscassem alterar fetichizações negativas sobre a inserção social dos negros na sociedade. Essas ideologias, que são objetivações, procuravam reproduzir nas mentalidades negras e não-negras o reconhecimento do gênero humano negro, compreendido como o conjunto de capacidades e habilidades que essas pessoas (negras) possuem em se desenvolverem como as pessoas brancas, basta que as condições objetivas e subjetivas estejam propícias para isso.

A veiculação de informações da IAN se materializou em um trabalho educativo para a população negra, na medida em que tentou de modo consciente modificar práticas racistas nas relações sociais. Sobre trabalho educativo, nossa perspectiva conceitual é compreendida como um “ato de produzir, direta e indiretamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. (Saviani, 1991, p.21).

À luz da Teoria da Formação do indivíduo, os conteúdos veiculados nos jornais negros constituem como “atividades que estão diretamente voltadas para a reprodução da sociedade, ainda

que indiretamente contribuam para a reprodução do indivíduo”. (Duarte, 2001, p.32). Essas atividades são denominadas não-cotidianas, pois elas pertencem ao âmbito das objetivações genéricas para-si, ou seja, pertencem à esfera de conscientizações e ações intencionais.

Duarte (2001) assinala que os âmbitos não-cotidianos são constituídos pela ciência, arte, filosofia, moral e pela política. Dessa forma, o jornalismo está no âmbito científico, jornalismo que em nosso caso se constituía por meio de jornais impressos.

A IAN se balizava, como vimos em páginas anteriores, de experiências de jornais operários e de jornais negros, principalmente dos Estados Unidos e de países europeus. Os jornais desses países continham uma configuração específica de noticiário que é estabelecido no ofício do jornalismo, como: primeira página, colunas, manchetes em destaques, etc. Essa configuração é estabelecida geralmente nas relações profissionais entre vários setores jornalísticos, impelindo assim as questões éticas e estéticas que devem ter um jornal impresso.

O conjunto de normas e procedimentos que geralmente têm os jornais impressos consiste numa delimitação e concentração de determinadas notícias que serão veiculadas. Esses critérios são denominados de homogeneização na Teoria da Formação do indivíduo. Pois, no processo de objetivação genérica para-si (ciência, arte, filosofia, política e moral) é preciso uma relação intencional e consciente com aquilo que estamos nos apropriando das objetivações existentes.

A IAN por meio de seus artigos delimitava determinados temas que desenvolvessem tomadas de ações para superação de apropriações de objetivações negativas (racismos) no seio da vida social. Dessa forma, na divulgação das notícias estava em mira atingir um conjunto de pessoas negras para refletirem sobre suas condições sociorraciais, assim como ajudá-las em avançar o status quo racista.

Como resultado da homogeneização fomentada pela IAN, acreditamos que ela buscava a catarse. Duarte (2001, p.69) diz que é “o momento no qual a homogeneização da relação entre o indivíduo e uma objetivação genérica eleva a consciência do indivíduo ao nível de consciência para-si”.(2001, p.69). Se cada indivíduo negro ou não- negro conseguiu apropriar e objetivar as objetivações da IAN sobre as diferentes formas de ações afirmativas para a população negra no Brasil, podemos dizer que adquiriu um salto qualitativo para a transformação do meio social envolvido.

Acreditamos que muitos negros a partir de uma tomada de consciência tiveram uma catarse. na perspectiva de compreensão da necessidade de negação da discriminação e do preconceito racial promovida por uma tomada de consciência dos indivíduos. E essa conscientização é resultado da passagem da individualidade em-si para a individualidade para-si à luz das objetivações das atividades não-cotidianas, em nosso estudo que foram as ações ideológico-políticas anti-racistas dos jornais negros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do racismo é uma realidade que nos persegue desde tenros tempos, seja no mundo em geral, seja no Brasil. Segundo Bernd (1994, p. 17),

Essas ideologias racistas estiveram em grande moda nos séculos que se seguiram à conquista da América; e desde Aristóteles é possível registrar-se a tentativa de caracterizar a inferioridade dos 'bárbaros', que estariam, pois, destinados a ser escravos dos gregos.

A ciência no século XIX vem reafirmar que os lugares onde existissem a presença de negros, tenderiam a se definir, pois os negros não teriam a capacidade de acompanhar a civilização cunhada pelos indivíduos brancos. Sobre isso Moura (1988, p.64) assinala:

ao se verificar a alocação dessas etnias não-brancas no espaço social, chega-se à conclusão de que a sua inferiorização é decorrência das próprias deficiências ou divergências desses grupos e/ou segmentos étnicos com o processo civilizatório". Porque, se os direitos e os deveres são idênticos, as oportunidades deverão ser idênticas. Como tal não acontece, a culpa pelo atraso social desses grupos é deles próprios.

Essas justificativas vinham desde o momento que os europeus pisaram em solos africanos e instauraram a escravidão para os negros. As justificativas de inferioridade do africano dadas pelos europeus, recaiam numa ideia de benevolência, pois a partir do instante que o branco europeu aportou em terras africanas, ele veio para salvar os nativos. E esta salvação seria através da escravização, ou seja os nativos teriam que aceitar esse destino, na medida em que eram seres humanos inferiores. Sobre estes aspectos Martinez (1992, p.32), comenta: "Por isso, mesmo na condição de escravos estariam recebendo a ação civilizadora das raças brancas superiores". Desse modo os escravistas valorizavam os seus atos e ainda impunham aos cativos um dever de gratidão para com eles".

Esse pensamento se materializou em todos os solos do mundo ocidental. Neste sentido, o Brasil não escapou desses mecanismos ideológicos discriminatórios nas suas relações sociorraciais internas.

A Imprensa Alternativa Negra (IAN) veio romper com o pensamento da espécie humana, puramente biológico, de que os seres humanos possuem capacidades e habilidades diferentes em face da cor de suas peles. Esta representação social não passou de ser uma espécie humana que quase nunca se constituiu como hegemônica nas mentalidades de todas as pessoas. Pois, sempre houve pessoas que não se apropriaram dessa representação negativa, e construíram representações sociais positivas balizadas na perspectiva do gênero humano.

Com base nas fontes bibliográficas pesquisadas sobre a IAN, consideramos que ela se constituiu como um forte veículo ideológico-político de formação da individualidade para-si na medida em que favoreceu aos indivíduos negros a ter mais conscientização enquanto sujeitos construtores históricos da civilização brasileira, da valorização de suas identidades étnico-raciais, do

reconhecimento de seu papel sociopolítico no desenvolvimento do país. Assim, os ajudou a nunca aceitar a individualidade em-si, ou seja, assumir uma posição passiva e subserviente de que fossem inferiores.

REFERÊNCIAS

BERND, Z. Racismo e Anti-Racismo. São Paulo: Moderna, 1994.

BARROS, J. A. O Campo da História. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

DUARTE, Newton. Educação Escolar, Teoria do Cotidiano e a Escola de Vigotski. 3. ed. Campinas (São Paulo): Autores Associados, 2001.

DUARTE, N. A Individualidade para Si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas (São Paulo): Autores Associados, 1997.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Niterói, Revista Tempo, v.12, n.23, p.100-122, 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf. Acesso em: 18 nov 2024.

FERNANDES, M. F. L. Os republicanos e a abolição. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.27, Nov. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782006000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 nov 2024.

GOMES, F. Negros e Política (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MARTINEZ, P. África e Brasil: uma ponte sobre o Atlântico. São Paulo: Moderna, 1992.

MELLO, S. A. A Escola de Vygotski. In: CARRARA, Kester (Org.). Introdução à Psicologia da Educação. São Paulo: Avercamp, 2004. p.135-154.

MOURA, C. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo, Ática, 1988.

MOTA, M. A. M. A Imprensa Alternativa Negra como legado para o Jornalismo. Monografia de Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2020

NUNES, A. A. C. O Sistema de Cotas para Negros na Universidade Federal do Maranhão: uma política de ação afirmativa para a população afro-maranhense. São Luís: EDUFMA, 2013.

PINTO, A. F. M. De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899). 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, J. A. Imprensa Negra: a voz e vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros. Londrina (PR), 2005. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/josesantos.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Campinas (São Paulo): Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 2 ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados. 1991.

SILVA, C. Ações Afirmativas em Educação: um debate para além das cotas. In: SILVA, C. (Org.). Ações Afirmativas em Educação: experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003. p. 17-38.

SILVA, P. B. G. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVA, P. B. G. & SILVÉRIO, V. R. Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003. p.43-54.

SCHWARCZ, L. M. O Espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.